

ESTADO E REGIÃO - CONSIDERAÇÕES SOBRE O REGIONALISMO*

Iná Elias de Castro**

Résumé:

Ce travail aborde, à partir d'informations dérivées du système politique, quelques-uns des éléments indicatifs de l'importance de déterminants internes dans la formation régionale, ainsi que le rôle de Région, en tant qu'espace social et politique, dans les rapports de pouvois, qui, bien qu'identifiés par la dispute d'intérêts à l'échelle nationale, sont matérialisés au moyen de questions spatiales.

Cette façon d'aborder le thème favorise l'interprétation de la place que tient le régionalisme dans la construction d'un projet politique national et ramène à des considérations politiques les questions sur la façon dont les clivages socio-économiques (ou différences régionales) peuvent altérer ce projet lorsque les injustices spatiales arrivent à s'imposer comme question politique.

O processo histórico de ocupação e construção do espaço nos Estados-Nação tem estabelecido diferenciações nos seus territórios. Sejam elas econômicas ou políticas, essas diferenças, quando conscientizadas, tendem a gerar conflitos que não podem ser descartados das decisões políticas ou das reflexões teóricas. A questão das diferenças territoriais remete então para a percepção de um espaço nacional regionalizado, no qual cada região se define por uma identidade própria e confronta-se com as outras, no interior e através do aparato institucional do Estado, numa disputa pelo domínio e pela preservação dos seus traços fundamentais.

A identificação da região como um espaço social e político

* Pesquisa financiada pelo CNPq

** Professor Adjunto do Departamento de Geografia

aponta para a possibilidade de reinterpretar o caráter e a dinâmica dos agentes políticos na formação do espaço regional, ao mesmo tempo que levanta a questão da disputa territorial contida no domínio político do Estado nacional.

A discussão a seguir propõe-se definir, através da utilização de informações geradas pelo interesse específico no sistema político, alguns elementos indicativos da importância dos determinantes internos da formação regional, bem como o papel da região, enquanto espaço social e politicamente definido, nas relações de poder, que embora identificadas pela disputa de interesses em escala nacional, são materializadas através das questões espaciais.

Tal opção de encaminhamento decorre da necessidade de colocar em pauta novos elementos para a compreensão das medições do processo de ocupação, identificação e construção do espaço nacional, processo este engendrado e afetado pelas importantes diferenciações internas do território, sejam elas físicas, econômicas ou sociais.

As regiões, percebidas como categorias geográficas, constituem, na realidade, espaços vividos, diferenciados econômica e socialmente, interligados por importantes fluxos demográficos, econômicos e de poder. A interação regional pode ser mais ou menos equilibrada. Quanto menos, maiores os conflitos. Maiores conflitos ameaçam a integridade do Estado e impõem-lhe a necessidade de intervenção. Portanto, a mobilização regional, qualquer que seja o seu caráter, tem claras implicações no sistema político.

A expansão do capitalismo e suas imposições tem produzido desequilíbrios a nível internacional e nacional. As desigualdades regionais, cada vez mais flagrantes, conflituosas e difíceis de eliminar, têm revelado novos problemas de ordem prática e teórica. Assim, as questões regionais, que têm sido reinterpretadas tanto com referência às teorias de acumulação do capital como com referência às articulações do sistema político regionalizado, dão margem à discussão das formas de expressão do regionalismo.

Para compreender a expressão regional do conflito político e

a intrínseca relação entre espaço e política, algumas observações sobre como estas relações se desdobram devem ser feitas.

O conjunto das relações sociais que produzem decisões e ações desenvolvem-se em dois planos: na sociedade e no espaço. A separação entre ambos é puramente acadêmica. Não há sociedade de a-espacial, pois quaisquer ações humanas ocorrem em um lugar, porção discreta do espaço, e representam um componente desse mesmo espaço. Portanto, espaço e sociedade interagem continuamente e constituem elementos dinâmicos da totalidade social. Decisões e ações, por sua vez, engendram fatos políticos que mediatizam as relações humanas e a sua espacialização. Sociedade e espaço podem então ser interpretados como sujeitos e/ou objetos de relações políticas determinadas que se organizam e se desdobram no decorrer da interação social.

A percepção dessa relação e sua aceitação como campo de especulação científica permite a perspectiva da análise regional, incorporando novos elementos para sua interpretação. Na realidade, o espaço é produzido por condições históricas, sendo portanto político e ideológico. Além disso, longe de ser apenas palco ou reflexo das relações sociais, o espaço enquanto materialização da história, assume o papel de agente, uma vez que as construções fixas e passivas são também condicionantes das práticas sociais, através das sujeições e limitações que elas impõem¹.

A referência ao espaço regional em sua dimensão política, coloca, inicialmente, a necessidade de qualificar o conceito de região, apesar da polêmica em que este ainda se encontra envolvido. Porém, como há alguns caracteres fundamentais para a sua especificação, e conseqüentemente para a diferenciação regional, é possível tentar estabelecer um recorte seguro.

Uma região possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da totalidade que ela contém. A região é, portanto, concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social. Portanto, suas

características internas são determinadas e determinantes da sua interação com o todo.

Analisado como um subsistema espacial fica claro que, apesar das relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas, que lhe conferem um caráter próprio e diferenciado. Ainda, enquanto construção espacial, a região é a concretização dos processos sociais e incorpora a sua dinâmica. Esses processos, entendidos como ação humana - econômica, política ou cultural - sobre uma base natural, estruturam em conjunto a construção do espaço em áreas geograficamente delimitadas, moldando suas peculiaridades e identificando-se com elas. A importância de conceber a região como um elemento concreto, delimitável e dinâmico, com caráter particular, mas aberta à influência externa, está em torná-la um objeto de pesquisa específico, com significação própria.

O conceito de região e sua utilização é um campo a infindáveis discussões em diferentes áreas acadêmicas, com forte influência tanto de correntes naturalistas e quantitativas de inspiração positivistas, como do materialismo dialético. Mesmo na Geografia que se considera melhor instrumentalizada para lidar teórica e empiricamente com a região, a polêmica parece ainda longe de ser encerrada.

O componente regional do sistema político passa, necessariamente, pelas determinações internas e externas de uma área politicamente delimitada. A aceitação da realidade regional possui importantes implicações para o estudo das ações políticas circunscritas à região, pois revelam os limites da concretização do fato político, e seus múltiplos encadeamentos, ao nível de outros subsistemas sociais em diferentes escalas.

Sob um enfoque político, a expressão da especificidade regional constitui o regionalismo, que segmenta o território compreendido como a base geográfica sobre a qual o Estado exerce a sua soberania - criando conflitos latentes ou manifestos que, se devem ser solucionados na esfera política, devem ser empiricamente elucidados na esfera dinâmica da região.

ABORDAGENS REGIONAIS DO SISTEMA POLÍTICO

A literatura referente às questões políticas ao nível regional tem apresentado enfoques diferentes ao longo do tempo, sendo possível, numa primeira aproximação, identificar três abordagens distintas. A diferença deriva da ampliação do escopo teórico das pesquisas e da incorporação à análise de questões econômicas, sociológicas e espaciais, como agentes e elementos fundamentais do sistema político. Desse modo, a abordagem regional da análise política tem variado desde a análise quantitativa dos alinhamentos partidários e eleitorais, da análise das clivagens étnicas, seu processo histórico e suas repercussões no sistema eleitoral, até o enfoque que percebe a política regional como um sistema derivado das relações econômicas capitalistas, responsáveis pela separação entre as regiões centrais (dominantes) e as periféricas (dominadas).

ENFOQUE HISTÓRICO-ELEITORAL

Esta abordagem interpreta a relação do sistema partidário com o sistema social, apoiando-se na história do sistema político-representativo, para compreender o poder de determinação do sistema social sobre o comportamento do eleitorado. Trata-se, basicamente, de mapear os resultados eleitorais e interpretar o caráter do alinhamento regional através do tipo de plataforma partidária dominante. A questão central, de certo modo, pode ser resumida na tentativa de compreender a organização partidária: 1) como característica do sistema social e 2) como reflexo de suas clivagens culturais e étnicas, identificando-a com a distribuição espacial da sociedade. De um ponto de vista pragmático, a consequência mais importante destes estudos é a possibilidade de previsão do comportamento do eleitorado em diferentes regiões, o que os torna instrumentos valiosos para candidatos e partidos, além da identificação de alinhamentos ideológicos regionais, o que contribui para melhor compreensão das clivagens espaciais do sistema político-partidário.

A metodologia utilizada mais frequentemente apoia-se em informações estatísticas de caráter estrutural (dados ecológicos ou sócio-econômicos), em resultados eleitorais e em surveys específicos sobre o eleitorado. Os dados são sempre colhidos para períodos de tempo, o mais longo possível, e a grande massa de informações é trabalhada, mediante técnicas estatísticas, das mais simples às mais sofisticadas. Os trabalhos realizados dentro desta perspectiva têm revelado o processo de estruturação regional dos sistemas político-partidários nas democracias ocidentais e indicam seus pontos básicos de convergência: 1) esses sistemas refletem os conflitos gerados tanto pelo processo de construção nacional, como pela expansão e desenvolvimento do capitalismo; 2) eles reduzem a visibilidade dos conflitos, seja pelo equilíbrio de forças, seja pelo atendimento às reivindicações locais mais explosivas, ou ainda pela cooptação. Porém, o equilíbrio obtido é sempre instável, pois a dinâmica do desenvolvimento capitalista, tanto no plano econômico quanto no plano político e espacial, se tende a confinar alguns conflitos, tende também a mudar a ordem de outros e a fazer surgir novos².

Outro ponto importante relaciona-se à escala regional em que os conflitos são identificados e delimitados, permitindo projetar a espacialização do processo político-partidário e identificar o espaço como uma variável interveniente nos correlatos de voto, embora o espaço geográfico seja ainda percebido pelos cientistas políticos como um palco, sem qualquer participação na cena política. Esta abordagem é, certamente, a que possui a mais vasta bibliografia e uma metodologia bem definida, seja por trata-se de uma produção intelectual bem antiga dentro da Ciência Política, seja por dispor de material empírico facilmente codificável, o que permite uma sofisticação do instrumental analítico, além da importância das análises feitas, quando em períodos eleitorais³.

CLIVAGENS ÉTNICAS E O SISTEMA POLÍTICO

O interesse pelas clivagens regionais e seu papel no equilíbrio do sistema político constituem um segundo tipo de aborda-

gem desse sistema. Para Rokkan e Urwin⁴, a consolidação das modernas democracias ocidentais e a estabilidade do sistema político-eleitoral induziu uma interpretação das questões regionais, entendidas como étnicas e culturais, ou sejam lingüísticas e religiosas como exceções, sem importância maior do que confirmar a regra geral. Porém, nas décadas de 60 e 70, com a eclosão de protestos étnicos, como parte de uma luta maior, pela defesa da identidade regional frente às regiões que incorporam e constituem os centros de poder, floresceram também os estudos políticos sobre as motivações, as características e as implicações destes movimentos, à primeira vista, limitados às regiões e às questões particulares. Na realidade, o surgimento e a exacerbação do protesto regional levantou dúvidas sobre a interação entre a mobilização social, o desenvolvimento econômico, a integração política e o impacto vitorioso das políticas de welfare como fator que conduziria necessariamente à estabilidade do sistema político e à paz social nas democracias ocidentais. Ainda para esses autores, os estudos de políticas étnicas, circunscritas regionalmente, e suas implicações no sistema político nacional são uma descoberta recente, pois a Ciência Política sempre manifestou pouca simpatia por grupos que eram observados como perdedores no jogo histórico.

O enfoque da questão regional e das clivagens étnicas na última década tenta ir, então, além da opção ideológico-partidária das minorias. As diferenças étnicas são vistas em seu potencial para a expressão política do protesto regional/étnico, sendo as questões centrais das pesquisas empíricas e das reflexões teóricas como, quando e em que extensão há uma metamorfose da distinção social para a expressão política. E, numa ótica espacial, é possível compreender, a partir desse enfoque, como e quando a identidade regional precisa confrontar-se com as imposições homogeneizadoras do poder centralizado.

Portanto, mais do que a análise do alinhamento partidário, as clivagens regionais são significativas do processo histórico de construção do espaço nacional, da estruturação das suas identidades que, longe de representarem fatos isolados, compõem a dinâmica sócio-espacial do Estado nacional.

Nos trabalhos mais recentes sobre regionalismo político nos países da Europa Ocidental questões mais gerais podem ser percebidas. Em primeiro lugar, a questão étnica é, na realidade, um epifenômeno ou uma espécie de estandarte coletivo, em torno do qual é organizada a mobilização. Questões de distribuição mais eqüitativa de renda na escala regional ou do poder político constituem o pano de fundo das reivindicações regionalistas, sendo estas encaminhadas através do sistema partidário, ou mediante ações violentas, quando o sistema político não consegue conduzir de maneira satisfatória as questões mais explosivas.

Em segundo lugar, o comportamento e as opções ideológicas das elites regionais e suas relações com as elites centrais são componentes fundamentais das dimensões do regionalismo. As elites periféricas tanto podem estabelecer alianças com o poder central, o que as torna de certo modo beneficiárias da marginalidade econômica ou política, ou podem confrontar-se, na medida em que maior autonomia lhes traz benefícios maiores. Nesse caso, o protesto regional vincula-se necessariamente à marginalidade econômica, mas pode também ser a expressão do grau de insatisfação das elites locais com seu papel marginal no sistema político.

Exemplos significativos dos modos de encaminhamento das questões regionais são encontrados na Europa Ocidental, cuja história de formação e consolidação dos Estados Nacionais é a própria história dos conflitos regionais, nos quais as questões sócio-econômicas estão subsumidas, e das maneiras mais violentas ou mais sutis de colocá-los sob o controle de um poder centralizado.

O caso espanhol talvez seja o que apresenta as facetas mais variadas. O explosivo nacionalismo basco possui dois níveis distintos: um externo que decorre da relação da administração basca com a espanhola, cuja tensão principal é a busca de maior autonomia e poder de deliberação política, compatíveis com a sua importância, e outra interna, na qual se defrontam questões deflagradas pela modernização urbana e pelo tradicionalismo das áreas rurais, conflito este característico da formação regional do País Basco.

Na Galícia, ao contrário, a questão lingüística é um pano de fundo e um instrumento de identificação regionalista contra a dependência política e a depressão econômica. Esta identificação através do idioma é, porém, uma questão política administrada por grupos que não se têm beneficiado da dependência, pois, historicamente, a elite galega participa do poder político central, ao lado da elite castelhana, revestindo-se as reivindicações de um caráter nitidamente social e distributivista⁵.

Na Bélgica, a clivagem lingüística entre valões e flamengos vincula-se à dominação econômica e política dos valões, cujo processo de industrialização e formação de uma burguesia industrial, no século XIX, consolidou uma posição de dominação política sobre a periferia flamenga, de economia basicamente agrária, com indústrias tradicionais (tecidos e alimentos), mais sensíveis às crises econômicas. Após a década de 60, porém, enquanto as indústrias da Valônia, apoiadas principalmente no carvão e no aço, vêm sofrendo uma profunda crise, a economia de Flandres tem experimentado um considerável progresso em função da expansão do porto de Antuérpia e da indústria petroquímica e eletrônica. Assim, a inversão da tendência regional de domínio econômico cria tensões, na medida em que a mudança de dominação política e cultural é bem mais lenta, pela defasagem histórica entre os tempos econômico e político. O grau de defasagem entre os dois processos determina, de certo modo, a extensão da clivagem e o nível da tensão⁶.

Na Grã-Bretanha, as tensões entre o poder central, instalado em Londres, e as questões regionais da Escócia e Gales, não tiveram expressão política enquanto estas duas periferias se beneficiaram da expansão econômica do império britânico. A moderna crise econômica britânica, porém, refletiu-se mais fortemente nessas periferias que, em contrapartida, procuram aumentar seu poder de barganha, através da pressão para obter maior autonomia e poder de decisão política. Tradicionalmente, a estratégia de acomodação territorial britânica tem sido executada através do recrutamento e colaboração das elites regionais, representantes nas instituições centrais. Desse modo, a acomodação tem sido obtida através do controle indireto do centro e

representação regional direta no centro. Porém, as reservas de petróleo do Mar do Norte, importantes na política regionalista da Escócia e a depressão econômica de Gales e da própria Escócia trazem novos elementos à arena política territorial britânica, que só podem ser avaliados numa perspectiva de análise mais ampla⁷.

Na Noruega, apesar da permanência das distinções culturais entre regiões, não tem havido crescimento da tensão política regional. Na realidade, a vitória de coalizões periféricas sobre o centro e uma política distrital agressiva garantiram a difusão geográfica da indústria, a manutenção do padrão disperso do povoamento na periferia e o reforço da política econômica e social, tradicionalmente distributivista. De certo modo, a sobre-representação da população rural, no início de formação do Estado nacional, garantiu a preservação do poder das regiões periféricas e o controle dos problemas regionais. Também aqui, as clivagens lingüísticas e religiosas estavam inseridas na clivagem rural-urbana que orientavam as alianças e coalizões do poder político articulado com o poder econômico⁸.

A análise das questões regionais em alguns países europeus, mesmo rápida e superficial, é provocativa e induz à reflexão sobre os recursos e a materialização da expressão política das clivagens regionais. Parece evidente que os problemas étnicos e culturais são mais instrumentos eficientes para tornar visíveis os conflitos desencadeados por um poder econômico e político desigual, do que elementos, em si, desencadeadores desses conflitos. Em contrapartida, na ausência de diferenças étnicas e culturais marcantes, e na presença de desigualdades regionais importantes, surge a indagação sobre quais seriam os recursos passíveis de mobilização, capazes de conduzir o descontentamento regional para a arena política-nacional.

CLIVAGENS ECONÔMICAS E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A questão da distribuição territorial das benesses do desenvolvimento econômico é uma questão política nova com respostas específicas. Na realidade, onde recursos escassos são distribuí-

dos desigualmente pelo território, as regiões prejudicadas tendem a pressionar para a redistribuição, enquanto as mais ricas resistem ou ignoram o problema. Onde há diferenças culturais que possam servir de suporte à mobilização, podem ocorrer novas formas de ruptura, desencadeadas tanto por uma elite descontente, como pelas massas, tanto no centro como na periferia. É certo, portanto, que onde demandas de base territorial permanecem não resolvidas, existe a possibilidade de ruptura política⁹.

Esta terceira abordagem das questões regionais apoia-se nos pressupostos da teoria da acumulação do capital, interpretando os problemas regionais como pré-condições necessárias à acumulação ou como consequências inescapáveis dela. Nesta perspectiva, a expansão do capitalismo e a divisão do trabalho subdividiu o espaço em dois tipos básicos de regiões: as centrais, que exportam capitais (e suas imposições), e as dependentes que se organizam para receber as inovações exportadas pelas economias centrais. As transformações regionais são analisadas, portanto, através da expansão do capital sobre os recursos do território, e esta expansão, por sua vez, reflete a intrínseca necessidade de reprodução do capital e sua estratégia de apropriação e especialização do espaço.

Sob a ótica da lei de ferro da reprodução e acumulação do capital, o fato político é limitado às formas de associação e de alianças entre o capital (fator determinante da relação) e o aparelho político-administrativo do Estado, criador das facilidades necessárias à expansão capitalista, mediante a utilização de seus recursos de poder e instrumentos ideológicos e coercitivos. A intervenção do Estado destina-se, então, a atender às necessidades do capital mediante o controle dos conflitos e das tensões sociais que surgem, inevitavelmente, do processo de acumulação e reprodução capitalistas¹⁰.

Independentemente da rigidez e do caráter economicista dos seus pressupostos, essa abordagem é importante por trazer ao plano analítico, de modo obviamente não intencional, a necessidade do suporte das burguesias locais à tarefa de remoção de barreiras, empreendida pelo Estado, para a expansão do capital (embora esta não seja a preocupação dos seus teóricos, havendo até a-

queles que neguem esta suposição). Nesse sentido, no seu papel de facilitador da expansão do capital, o Estado se apoia nas elites locais, estabelecendo alianças ou cooptando-as. Estas, por sua vez, utilizam seu poder de barganha para orientar, pelo menos, parte das decisões, segundo seus interesses. A aceitação dessa suposição permite visualizar, tanto um grau de determinação do poder local, como o papel desse poder no esboço da identidade regional. Este último ponto é importante porque estabelece um elo entre o processo de construção regional, ou seja, de estruturação do seu espaço, e o processo de decisão das elites, de caráter nitidamente político.

O espaço territorial pode ser interpretado, então, como produto das relações complexas entre o capital monopolista, as intervenções do Estado e as heranças espaciais de modos de produção anteriores¹¹. É possível afirmar também que

uma região e sua identidade são forjadas através das imposições de uma classe dominante local, na procura de expandir sua própria base material (...) e no uso do controle sobre a administração local para alcançar seus fins, (portanto) as classes dominantes desenvolvem formas de controle político apropriado a seus interesses econômicos (e de poder), tanto que uma região toma um aspecto político peculiar quando comparada com outras¹².

As características regionais referem-se, então, a uma tendência histórica patrocinada pelos interesses, localmente dominantes, das maiores instituições da área (família, religião, política e empreendimentos dominantes) no sentido de favorecer práticas compatíveis e tornar-se parte da mesma estrutura de percepção cultural¹³.

Portanto, a própria identidade regional é influenciada pelo comportamento das suas elites, em relação à própria região e em relação ao poder central e às outras regiões.

REGIONALISMO E A CONSTRUÇÃO DA REGIÃO

A análise da dimensão política do confronto de interesses regionais aponta, necessariamente, para a questão do regionalismo. Este deve ser entendido como a mobilização política de grupos, numa região, em defesa de interesses específicos, frente a ou-

tras regiões ou ao próprio Estado. O regionalismo, portanto, é um conceito eminentemente político, vinculado, porém à identidade territorial. Desse modo, as interpretações e análises do regionalismo referenciam-se, conceitualmente, tanto ao tema da participação política, como ao da organização espacial. Em termos objetivos, o regionalismo constitui a expressão das relações políticas entre as regiões ou destas com o poder central, sempre que nessas relações haja opressão política, econômica ou cultural. Assim, a intervenção e manipulação políticas, e a base territorial compõem as duas dimensões fundamentais do regionalismo¹⁴.

Se bem que o regionalismo implique na mobilização política em torno de questões regionais particulares, estas não são percebidas, igualmente, por todos os segmentos sociais, dentro da região. Desse modo, a identificação regionalista pode engendrar tipos de mobilização e instrumentos de luta política diferentes, em função do grupo que a lidera. Os movimentos regionalistas podem ser revolucionários, reivindicando completa mudança nas relações com o Estado, como podem ser reformistas ou conservadores, dependendo do grupo que os conduza.

A mobilização regionalista é extremamente complexa e envolve tanto as forças sociais no interior da região, como a sua articulação com o poder centralizado do Estado. O produto final desta dupla articulação é materializado, porém, mediante rotulações de lutas específicas, sejam étnicas, lingüísticas ou religiosas que acabam por mascarar o conjunto de causas e atores envolvidos e os interesses latentes da mobilização. Além disso, na ausência de um fator particular de diferenciação cultural como bandeira de luta política, as questões regionalistas ficam sendo vistas pelo prisma dos problemas setoriais, encontrando maior dificuldade para impor-se na arena política.

A dificuldade de tornar visível uma causa regionalista de caráter eminentemente social, sem um anteparo cultural é porém, agravada quando a própria luta regional é opressora e envolve a tentativa, por parte do grupo dominante na região, de preservar sua posição de poder e de exploração em relação aos outros grupos. Como o regionalismo é mobilizado por um grupo particular,

que poderá obter uma vitória política particular o caráter progressista ou reacionário dos objetivos perseguidos depende dos interesses daqueles que a conduzem. Portanto, uma elite regional conservadora e reacionária certamente imprimirá este caráter às suas demandas.

Em nossos pressupostos, a interação entre espaço e política, numa relação em que cada um e simultaneamente determinante e determinado, encontra-se subsumida na prática política regional. O regionalismo, por sua vez, é significativo da especificidade do caráter político das interações regionais e sua existência advém tanto dos fatores históricos locais como das suas relações com o poder centralizado no Estado. De um ponto de vista sistêmico, a política regionalista é um subsistema do sistema político nacional, o que pressupõe tanto a independência das suas articulações locais como a dependência diante de articulações extra-locais.

A identidade regional pode ser analisada como o produto de um processo estrutural e por referência ao outro. Ou seja, uma região se define para seus habitantes no confronto com outras regiões. Desse modo, quanto maiores as diferenças, sejam elas culturais ou econômicas, são esperados maiores conflitos e mais explícita se torna a identidade regional entre diferentes segmentos do espaço de um mesmo território, com reflexos significativos no sistema político. Regionalismo, portanto, supõe identificação e coesão internas e competição externa para defesa de padrões, preservação ou obtenção de condições mais vantajosas. Assim, o caráter regionalista é simultaneamente intrínseco e relativo. Aceitando essas suposições, qualquer Estado-Nação, a não ser que seu território não apresente regiões estruturadas e identificadas, possui algum nível de tensão regional, latente ou manifesto.

A expansão do capitalismo, como um modo de produção característico, e a tendência à centralização do poder de decisão no estado moderno, operacionalizada mediante a ampliação dos seus instrumentos de intervenção, como o planejamento regional, impõem um processo de homogeneização territorial. Esta tendência padronizadora tem como resultado indesejado, porém difícil de evitar, o estímulo à **expansão** da consciência regional, dando margem a uma

contradição que termina por induzir movimentos de caráter regionalista, conduzidas, muitas vezes, pelas elites ameaçadas pelo confronto entre os padrões caracteristicamente locais e aqueles impostos de fora. Também em oposição à postura homogeneizadora do Estado, a expansão do desenvolvimento urbano-industrial estabelece cada vez maiores diferenciações entre as regiões, pela própria necessidade de interação regional na produção e no trabalho que o moderno capitalismo impõe. Portanto, se a centralização do poder e as determinações econômicas geram fatores homogeneizadores, a realidade regional - numa dinâmica em que a dialética entre conteúdo e forma define a objetivação do espaço regional - se impõe com suas particularidades, definindo e redefinindo constantemente sua identidade, sem perdê-la e sem se perder em um todo indiferenciado.

Numa economia de mercado, de competição historicamente imperfeita, o sistema político é visto como o veículo legítimo das aspirações e reivindicações regionais. Sob essa ótica, a presença de uma atividade política regional, mesmo fraca, é percebida como o único meio capaz de obter decisões favoráveis a regiões específicas. Portanto, o sistema político possui uma dimensão vertical, que permeia a sociedade, com todos os seus conflitos, e uma dimensão horizontal, na qual grupos sociais distintos e espacialmente diferenciados também competem entre si. A questão regional pode então ser identificada como a dimensão espacial de uma economia de mercado, ou seja, como um desequilíbrio inerente à economia capitalista. Embora para Holland¹⁵ o confronto regional possua as mesmas peculiaridades e vicissitudes da luta de classes, só que deslocadas para um plano diferente, não deve ser esquecida a estratificação social em cada região e as alianças entre classes com os mesmos interesses, em regiões diferentes. A dependência regional deve ser relativizada, portanto, pelo caráter da identidade regional e pelos interesses das lideranças que a modelam.

A competição regional encontra, teoricamente, o seu equilíbrio no mercado político, no qual os princípios democráticos da competição eleitoral constituem o meio mais legítimo, embora não o único, para que as disputas se deflagrem. Nessa abordagem, são

privilegiadas as relações das regiões com o poder central e o poder de barganha que cada uma tenta ampliar, através da mobilização regional, para questões sensíveis, mediante estratégias políticas de representação. Assim, ao sistema político nos estados capitalistas democráticos, cabe reduzir os conflitos, mantendo-os em níveis que não ameacem a integridade territorial e a estabilidade do estado; pois quando ele falha, desencadeiam-se os golpes ou as guerras civis. em síntese, a análise do regionalismo implica em espacializar ou geografizar o sistema político, buscando compreender horizontalmente suas articulações e interações.

Como toda sociedade é territorializada, há, intrinsecamente, um nível de diferenciação que pode se refletir ao nível mesmo da cidadania. A possibilidade dos cidadãos exercerem seus direitos em sociedades muito heterogêneas varia não apenas com sua posição na escala social, como também com sua posição no espaço. Esta constatação parece ter importantes implicações tanto na consciência como no poder de barganha dos atores sociais regionais. E, este pode tornar-se, na ausência de clivagens étnicas importantes, o fator capaz de dar visibilidade ao conflito regional, ou seja, de incorporá-lo à agenda das questões políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise regional, a partir de uma perspectiva política busca, então, compreender criticamente as possibilidades, a nível teórico, do sistema político nas economias de mercado, como instrumento de redução do conflito regional e de justiça espacial, em níveis aceitáveis para a reprodução social, considerando as forças capazes de se impor como dominantes na arena política. Tal abordagem permite interpretar o poder econômico que permeia as questões políticas inter e intra-regionais, muitas vezes, mascarados, deliberadamente, por questões étnicas ou culturais, e possibilita relativizar este mesmo sistema econômico, através do poder de decisão das elites regionais e de suas motivações particulares, especialmente, a luta pela preservação das posições de poder.

Em outras palavras, a incorporação de pressupostos da análise política ao estudo da região permite visualizar o grau do poder de determinação das elites locais na construção e na manipulação do caráter regional. Este viés interpretativo é importante por trazer ao campo das reflexões sobre o conceito de região as suas determinações próprias e, conseqüentemente, relativizar o determinismo econômico da teoria da dependência que, levado a extremos, estreita o escopo da análise regional.

A interpretação da região enquanto produto, também político e não apenas físico ou econômico, possibilita a compreensão dos mecanismos de tamponamento dos conflitos regionais e dos verdadeiros interesses em jogo nas relações regionais entre si e com o poder central. Este ângulo favorece a interpretação do peso do regionalismo na construção de um projeto político nacional e leva às considerações políticas, questões sobre as maneiras pelas quais as clivagens sócio-econômicas (ou disparidades regionais), podem afetar aquele projeto quando as injustiças espaciais conseguem se impor como questão política.

Finalmente, admitindo-se que o processo histórico de constituição dos estados nacionais foi, basicamente, uma disputa regional, o enfoque espacial do sistema político permite destacar, na atualidade, o desempenho de elites regionais, aliadas ou em conflito, como elementos essenciais da dinâmica do aparato de poder do Estado. Nesse sentido, a região, percebida como identidade social, perde a perspectiva de passividade, de palco inocente onde a cena política se desenrola, e pode ser visualizada na perspectiva da sua dinâmica, de sujeito, que incorporou a materialização do processo histórico, e por isto passou a conter importantes explicações para a compreensão da complexidade da formação sócio-espacial, a que ela (a região) dá forma e substância.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - AAEROBROT; Frank H. Norway: centre and periphery in a peripheral state. In: ROKKAN, S. & URWIN, D. org. The politics and territorial identity /s.l./Sage, 1982. p. 75-111.

- 2 - CAMPBELL, Angus et alii /s.l./ John Wiley, 1964.
- 3 - CARNEY, John; HUDSON, Ray; LEWIS, Jim, ed. Regions in crises. London, Crom Helm, 1980.
- 4 - CARNEY, John. Regions in crises accumulation. Regional problems and crises formation. In: CARNEY, J. et alii. Regions in crises. London, Crom Helm, 1980.
- 5 - DAMETT, F. & PONCET, E. Global crisis and regional crisis. In: CARNEY, J. et alii. Regions in crises. London, Crom Helm, 1980.
- 6 - DIAZ LOPES; Cesar. The politization of Galician cleavages, In: ROKKAN, S. & URWIN, D. org., The politics of territorial identity /s.l./ Sage, 1982.
- 7 - FROGNIER, A.P. et alii. Regional imbalances and centre periphery relationships in Belgium. In: ROKKAN, S. & URWIN, D., org. The politics of territorial identity /s.l./ Sage, 1982.
- 8 - HEIBERG, Marianne. Urban politics and rural culture: Basque nationalism. In: ROKKAN, S. & URWIN, D., org. The politics of territorial identity /s.l./ Sage, 1982.
- 9 - HOLLAND, Stuart. The state as entrepreneur. New York, IASP, 1972.
- 10 - ——. The regional problem. London, Macmillan, 1976.
- 11 - ——. The socialist challenge/s.l. / Quartet, 1975, cap. 4.
- 12 - LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris, Anthropos, 1974.
- 13 - LINZ, Juan, & MIGUEL, Amando de. Within nations differences and comparisons: the eight Spains. In: MERRIT; L. & ROKKAN, S. Comparing nations; the use of quantitative data in cross-national research/s.n.b./ p.267-319.
- 14 - LIPIETZ, A. The structuration of space. The problem of land. Spatial polity. In: CARNEY, J. et alii. Regions in crises. London, Crom Helm, 1980.

- 15 - LIPSET, Seymour & ROKKAN, S. Party systems and voter alignments: cross national perspectives. New York, The Free Press, 1967.
- 16 - MARKUSEN, Ann. Religião e regionalismo; um enfoque marxista. Espaço e Debates, 1 (2): 61-99, maio 1981.
- 17 - ROBERTS, Bryan. State and region in Latin America: the view from below. In: BANEK, G.A.; BUVE, R.; VROONHOVEN, L. van, ed. State and region in Latin America: a workshop. CEDLA, Amsterdam, Incidentele Publicaties, 17, 1981.
- 18 - ROKKAN, S. Geography, religion and social class: cross cutting cleavages in Norwegian politics. In: LIPSET, S. & ROKKAN, S. Party systems and voter alignments: cross national perspectives. New York, The Free Press, 1967.
- 19 - ROKKAN, S. & URWIN, D. Introduction; centres and peripheries in Western Europe. In: ---, org. The politics of territorial identity /s.l. / Sage, 1982.
- 20 - ROKKAN, S. & MERRIT, L. Comparing nations; the use of quantitative data in cross-national research/s.n.b./
- 21 - SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo, Hucitec, 1978.
- 22 - ---. Espaço e sociedade. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 23 - SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro, Zahar, 1964
- 24 - SCHATTSCHNEIDER, E.E. The semisovereign people /s.l./ The Dryden Press, 1975.
- 25 - SEILER, Daniel. Clivages, région et science politique: application d'un schéma d'analyse aux cas de la Suisse et de la Belgique. Canadian Journal of Political Science 10 (3), set./out. 1977.
- 26 - URWIN, Derek W. Territorial structures and political development. In: ROKKAN, S. & URWIN, D., org. The politics of territorial identity /s.l./ Sage, 1982. p. 19-73.

- 27 - ——. Conclusion: perspectives on conditions of regional protest and accomodation. In: ROKKAN, S. & URWIN, D., org. The politics of territorial identity /s.l./ Sage, 1982. p. 425-436.

NOTAS

- ¹ Cf. LEFEBVRE (1974): o processo histórico de construção do espaço e seu conteúdo político como objeto de interesse de especulações filosóficas.
- Cf. SANTOS (1978) (1979): trabalhos mais significativos no Brasil; interesse pelo papel ativo do espaço, incorporado cada vez mais à Geografia.
- ² Cf. SCHATTSCHEIDER (1975): sobre a questão dos conflitos no sistema político e o significado do controle de sua visibilidade.
- ³ Cf. LIPSET & ROKKAN (1967); ROKKAN & MERRIT/s.d./ onde além das análises dos resultados das pesquisas empíricas, há textos teóricos e metodológicos; SEILER (1977); CAMPBELL (1964); SARTORI (1982).
- ⁴ ROKKAN & ORWIN (1982) p. 1-17
- ⁵ Cf. LINS & MIGUEL para o estudo do regionalismo na Espanha e as especificidades de cada região.
- Cf. HEIBERG (1982) e DIAZ LOPES (1982) para a questão basca.
- ⁶ Cf. FROGNIER (1982); SEILER (1977).
- ⁷ URWIN (1982) p. 19-73
- ⁸ Sobre a Noruega: AAEROBROT (1982) p. 75-111; ROKKAN (1967)
- ⁹ URWIN (1982) p. 425-436
- ¹⁰ Cf. CARNEY (1980); LIPIETZ (1980); DAMETT & PONCET (1980) sobre a análise política regional, sob o enfoque da teoria da acumulação.
- Cf. HOLLAND (1976) (1972) sobre o papel do Estado nos problemas econômicos e políticos regionais.
- ¹¹ Cf. LIPIETZ (1980)
- ¹² ROBERTS (1981) p. 10

13 Cf. ROBERTS (1981)

14 MARKUSEN (1981) p. 61-99, apresenta uma interessante discussão teórica do regionalismo e suas articulações políticas e espaciais.

15 HOLLAND (1975) cap. 4